

Newton diz que está preocupado com 2º turno

1 2 2 2 2 JUL 1988

BRASÍLIA — O governador de Minas, Newton Cardoso, disse ontem ao presidente José Sarney, durante almoço no Palácio da Alvorada, que está preocupado com algumas questões polêmicas que a Constituinte deverá discutir no segundo turno da votação, especialmente as ligadas aos investimentos de empresas estrangeiras no país: “A Constituição tem que ser viável”, disse. “Nós não temos dinheiro e não podemos fechar as portas para as empresas de capital estrangeiro. É muito importante fazer leis que visem o interesse do povo e eu não estou vendo isso acontecer”.

Newton Cardoso também conversou com Sarney a respeito da mobilização de empresários que tentam “dar um basta à inflação”. Segundo o governador, a iniciativa empresarial não deve ser chamada de pacto social, expressão anteriormente utilizada pelo governo, já em descrédito público: “É preciso que haja um esforço tanto da parte dos empresários como da parte dos trabalhadores. Se a área sindical ou empresarial radicalizar, não teremos entendimento algum”.

Mas Newton Cardoso esquivou-se de revelar o pensamento do presidente Sarney a respeito dos assuntos discutidos no Palácio da Alvorada. O turno de revezamento ininterrupto, fixado em seis horas, e a anistia da correção monetária para microempresários e pequenos produtores rurais — pontos que deverão ser votados no segundo turno da Constituinte — deveriam ser suprimidos: “Temos que procurar um entendimento partidário e isso não é muito difícil”, concluiu.

O governador Newton Cardoso acha que o PMDB deve realizar sua convenção nacional apresentando uma chapa de consenso entre suas principais lideranças, encabeçada pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães: “O único que quer o bate-chapa é o Waldir Pires”, afirmou.

Sobre a secretaria-geral do partido, Cardoso acredita que o cargo da Executiva ficará novamente com o estado de Minas: “Estamos procurando um nome bem progressista.” — revelou Cardoso.

“O governo perdeu a inibição”, disse o líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha (PFL), ao informar que o Executivo vai concentrar seus esforços para influir nas decisões da Constituinte, de modo a suprimir artigos indesejados pelo Palácio do Planalto. Segundo Gadelha, o governo está convencido de que vai ser “difícilimo cortar qualquer coisa”, por isso, está reduzindo o alvo. No início, listou 78 emendas supressivas; foi diminuindo gradativamente e, hoje, está decidido a “centrar fogo” em apenas 12 questões.